

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA XXXX VARA CRIMINAL DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA  
DE XXXXXXXX-UF**

Processo nº.

**FULANO DE TAL e FULANO DE TAL**, devidamente qualificados nos autos em epígrafe, vêm, por intermédio da DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL (LC nº 80/94, arts. 4º, incisos I e V, e 89, inciso XI), com fulcro no §3º do art. 403 do CPP, apresentar

**ALEGAÇÕES FINAIS**

aduzindo, para tanto, o que segue:

**I - BREVE RELATO DOS FATOS**

Os réus foram denunciados como incursos nas sanções do artigo 157, § 2º, incisos I e II, do Código Penal (por dezesseis vezes), por haverem, supostamente, no dia XXXXXX, em dois pontos de ônibus, situados na ENDEREÇO, de forma livre e consciente, em comunhão de esforços e unidade de desígnios com indivíduo não identificado, mediante o emprego de arma, subtraído, para todos, das vítimas que ali se encontravam, os bens descritos na ocorrência policial de fls. 24/31.

Devidamente instruído o feito, a acusação, em suas alegações finais (fls. 165/171), requereu a condenação dos réus nos termos da denúncia, vindo os autos à Defensoria Pública para apresentação de alegações finais, em memoriais.

**II - DO ROUBO PRATICADO NA SEGUNDA PARADA DE ÔNIBUS**

No caso em tela, é forçoso reconhecer a materialidade e a autoria dos crimes de roubo praticados no segundo ponto de ônibus, conforme as provas dos autos, especialmente pela prova oral colhida e pela confissão dos acusados, respectivamente (mídia de fl. 163).

Sendo assim, quanto aos mencionados crimes, requer a Defesa Técnica a fixação da pena no mínimo legal, com o reconhecimento, em relação a ambos os réus, da circunstância atenuante do **artigo 65, inciso III, d**, do Código Penal, bem como, no que tange ao acusado FULANO DE TAL, da atenuante prevista no **artigo 65, inciso I**, do Código Penal.

**III - DO ROUBO PRATICADO NA PRIMEIRA PARADA DE ÔNIBUS**

Em relação aos roubos praticados na primeira parada de ônibus, cumpre registrar que não foram produzidas provas suficientes para a condenação dos acusados.

---

Nesse sentido, estabelece o artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal que **“o juiz absolverá o réu mencionando a causa na parte dispositiva, desde **que reconheça** (...) **não existir prova suficiente para a condenação**”**. Trata-se, consoante cediço, da positivação dos princípios do *“in dubio pro reo”* e do *“favor rei”*, segundo os quais **em caso de dúvida deve sempre prevalecer o interesse do acusado**. Ressalte-se, como consignado por TOURINHO FILHO, que, na verdade, a absolvição por falta de provas não se traduz num favor, mas numa consequência natural da ausência de prova da narrativa acusatória<sup>1</sup>.

Assim é que, ouvidos em sede judicial (mídia de fl. 163), os acusados, após confessarem a prática dos roubos ocorridos na segunda parada de ônibus, **negaram o cometimento dos delitos ocorridos na primeira**.

Lado outro, aduz a acusação que a ofendida FULANO DE TAL, vítima dos fatos ocorridos na primeira parada de ônibus, teria reconhecido os acusados como autores do delito. Todavia, em juízo, é certo que a ofendida afirmou, quanto à autoria delitiva, que **“eu não vi; estava com máscara; estava com a blusa de frio; as roupas eram iguais, mas eu não vi e não reconheci o rosto deles”** (02min20seg; mídia de fl. 163).

De fato, não há no processo nenhuma prova – judicializada – capaz de infirmar a negativa de autoria, realizada sob o crivo do contraditório. Ademais, conforme mencionado, a vítima FULANO DE TAL não apontou, com a segurança necessária para uma condenação criminal, a autoria delitiva imputada aos réus.

Conforme é cediço, o artigo 155 do Código de Processo Penal dita que uma condenação não pode ser fundamentada somente em elementos produzidos na fase de investigação policial.

Encampando o dispositivo legal em tela, assim tem decidido o Eg. TJDF, conforme mostram os precedentes a seguir:

APELAÇÃO CRIMINAL. VIOLAÇÃO DE DIREITO AUTURAL. INSUFICIÊNCIA PROBATÓRIA. CONFISSÃO EXTRAJUDICIAL NÃO CONFIRMADA POR PROVAS JUDICIALIZADAS. RECURSO DESPROVIDO. [...] 2. **As provas indiciárias não foram corroboradas por provas produzidas em juízo, e, sozinhas, não servem como fundamento para a condenação, de acordo com o artigo 155 do Código de Processo Penal. Deve ser mantida a absolvição do apelado, com fundamento no artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal.** 3. Recurso desprovido. [Acórdão n.928815](#), 20110710168713APR, Relator: SILVÂNIO BARBOSA DOS SANTOS, Revisor: JOÃO TIMÓTEO DE OLIVEIRA, 2ª Turma Criminal, Data de Julgamento: 17/03/2016, Publicado no DJE: 29/03/2016. Pág.: 106)

APELAÇÃO CRIMINAL. APROPRIAÇÃO INDÉBITA. AUSÊNCIA DE PROVAS DO DOLO DE ASSENHORAMENTO. ABSOLVIÇÃO MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO. I - **Quando as provas produzidas na fase inquisitória não forem confirmadas em juízo, no sentido de demonstrar o dolo de apropriação na conduta do acusado, não resta outra solução que não seja a absolvição do acusado por insuficiência de provas, em consonância com o disposto no artigo 155 do Código de Processo Penal.** II - Recurso conhecido e desprovido. ([Acórdão n.779064](#), 20120710077807APR, Relator: NILSONI DE FREITAS, Revisor: JOÃO BATISTA TEIXEIRA, 3ª Turma Criminal, Data de Julgamento: 10/04/2014, Publicado no DJE: 22/04/2014. Pág.: 219)

Além disso, é necessário destacar que nosso Estado Democrático de Direito não permite a presunção de culpabilidade

e, conforme bem destacou o ilustre Doutrinador Paulo Rangel<sup>2</sup>, ***não é o réu que tem que provar sua inocência, mas sim o Estado-administração (Ministério Público) que tem que provar sua culpa***, o que não ocorreu na hipótese dos autos.

---

<sup>1</sup> TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Código de processo penal comentado. 9. ed. São Paulo: Saraiva, v. 1, 2005, p. 846-847.

<sup>2</sup> RANGEL, Paulo. Direito Processual Penal. Lumen Iuris.2005. Pag. 27.

---

Cumpra esclarecer que a punição em nosso ordenamento jurídico é a exceção, somente podendo ser aplicada quando as provas carreadas aos autos não deixarem dúvidas sobre os acontecimentos em análise. Isto é, a condenação deve se basear na verdade processual, o que não ocorre na hipótese dos autos.

De tal modo, não se vislumbram no presente processo provas mínimas necessárias que comprovem a autoria do delito em comento, inviabilizando a condenação contra a qual nos insurgimos, razão pela qual deve ser aplicado ao caso vertente o princípio do *in dubio pro reo*.

Sobre o tema, o ilustre doutrinador Paulo Rangel<sup>3</sup> assim dispõe:

*“Trata-se de regra do processo penal que **impõe ao juiz seguir tese mais favorável ao acusado sempre que a acusação não tenha carreado prova suficiente para obter condenação**. Nesse aspecto, o princípio do favor rei se enlaça com a **presunção de inocência que, como vimos, inverte o ônus da prova**. O órgão que acusa é quem tem de apresentar a prova da culpa e demonstrar a culpabilidade do cidadão presumindo inocente. Caso a acusação não logre criar no tribunal a certeza da culpabilidade, então, o que se impõe é uma decisão favorável ao acusado.”* (grifou-se)

Ante o exposto, pugna a Defesa pela absolvição dos acusados, com fulcro no artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal.

#### **IV - DO PEDIDO**

Ante o exposto, a Defensoria Pública pugna, quanto aos roubos ocorridos na primeira parada de ônibus, pela **ABSOLVIÇÃO** dos acusados, com base no artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal.

Em relação aos delitos cometidos na segunda parada de ônibus, requer a Defesa Técnica a fixação da pena no mínimo legal, com o reconhecimento, em relação a ambos os réus, da circunstância atenuante do **artigo 65, inciso III, d**, do Código Penal, bem como, no que tange ao acusado FULANO DE TAL, da atenuante prevista no **artigo 65, inciso I**, do Código Penal.

Nesses termos, pede deferimento.

LOCAL E DATA.

**FULANO DE TAL**  
**Defensor Público**  
**Matr.:**

---

<sup>3</sup> RANGEL, Paulo. Direito Processual Penal. Lumen Iuris. 2005. Pág. 34.